

12º Congresso de Inovação, Ciência e Tecnologia do IFSP - 2021

O DIREITO À EDUCAÇÃO NA PRODUÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS (RBEP)

GIULIANA MIÃO¹, ANDREIA SILVIA ABBIATI²

¹ Graduanda em Ciências Naturais com habilitação em Física, Bolsista PIBIC, IFSP, Campus São João da Boa Vista, miao.g@ifsp.edu.br.

² Doutora em Educação, Docente da área de Educação/Pedagogia do IFSP, Campus São João da Boa Vista, andreia.abbiati@ifsp.edu.br.

Área de conhecimento (Tabela CNPq): 7.08.03.01-3 Política Educacional.

RESUMO: A Constituição Federal de 1988 proclamou que a educação “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988), estabelecendo o direito à educação como condição de cidadania e obrigação do Estado. Este contexto nos impeliu a indagar: qual a reverberação do direito à educação na produção científica, na área da educação, pós Constituição Federal de 1988? O objetivo desta pesquisa de iniciação científica foi analisar como a temática “direito à educação” foi abordada, no período de 1988 a 2018, na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP), um dos mais importantes periódicos científicos da área da educação no Brasil. Utilizamos como metodologia de pesquisa a revisão da literatura, considerando que a análise sobre o tema direito à educação contribui para o avanço da construção do conhecimento no campo educacional. A pesquisa revelou que, a produção e publicação de obras com a temática direito à educação pós Constituição de 1988 foi escassa. Observou-se que os trabalhos que apresentaram elementos que contribuem para a pesquisa, foram publicados a partir do ano de 2000, obras estas que dialogam tanto com o planejamento educacional quanto com as cidades inteligentes - a ampliação do número de artigos relacionados às temáticas do planejamento educacional e das cidades inteligentes após o ano de 2000 deva-se, entre outros motivos, pela atualidade da temática a qual supõe a utilização da tecnologia de modo estratégico para melhorias na educação.

PALAVRAS-CHAVE: Direito à Educação; Revisão da Literatura; Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP).

THE RIGHT TO EDUCATION IN THE ACROSS THE BRAZILIAN JOURNAL OF PEDAGOGICAL STUDIES (RBEP)

ABSTRACT: The Federal Constitution of 1988 proclaimed that education "the right of all and the duty of the State and the family, will be promoted and encouraged with the collaboration of society, aiming at the full development of the person, his preparation for the exercise of citizenship and his qualification for the work" (BRASIL, 1988), establishing the right to education as a condition of citizenship and an obligation of the State. This context led us to ask: what is the reverberation of the right to education in scientific production, in the area of education, after the Federal Constitution of 1988? The objective of this scientific initiation research was to analyze how the theme “right to education” was addressed, from 1988 to 2018, in the Brazilian Journal of Pedagogical Studies (RBEP), one of the most important scientific journals in the field of education in Brazil. We used as a research methodology the literature review, considering that the analysis on the theme right to education contributes to the advancement of knowledge construction in the educational field. The research revealed that the production and publication of works with the theme right to education after the 1988 Constitution was scarce. It was

observed that the works that presented elements that contribute to the research were published from the year 2000 onwards, works that dialogue both with educational planning and with smart cities - the expansion of the number of articles related to the themes of planning education and smart cities after the year 2000 is due, among other reasons, to the topicality of the theme which supposes the use of technology in a strategic way for improvements in education.

KEYWORDS: Right to education; Literature revision; Brazilian Journal of Pedagogical Studies (RBEP).

INTRODUÇÃO

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, é um importante marco no reconhecimento e consolidação da educação como direito social no mundo contemporâneo. O texto adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas serviu de inspiração para que os países signatários incluíssem o direito à educação no rol dos seus direitos sociais. No entanto, foi necessária uma longa trajetória até que se chegasse à formulação expressa neste documento proclamada.

De acordo com a classificação de Marshall (1967), o qual analisou a experiência inglesa, o processo de construção e consolidação dos direitos humanos na sociedade ocorreu de forma lenta e gradual. Assim, no século XVIII, a humanidade propugnou os direitos civis, que se referem às liberdades individuais e ao acesso e direito de todos os instrumentos de justiça; no século XIX, o enfrentamento se deu em torno dos direitos políticos, aqueles ligados à participação, escolha de governante, condição de votar e ser votado; e, somente no século XX, foram alcançados os direitos sociais, aqueles que dizem respeito à garantia de um padrão mínimo de bem-estar, incluindo a educação.

Com base no exposto, procedeu-se à revisão da literatura do direito à educação no Brasil em artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) visando mapear e apreender se e como o tema se articula com a temática “planejamento educacional” e com a construção de cidades inteligentes e sustentáveis.

MATERIAL E MÉTODOS

Utilizou-se como procedimento metodológico deste projeto de iniciação científica a revisão da literatura, a qual se constitui uma parte essencial do processo de pesquisa (BENTO, 2012).

Com o intuito de verificarmos como a temática direito à educação foi abordada nos trinta anos que sucederam à promulgação da Constituição de 1988, foi realizado um levantamento dos artigos publicados na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP) seguindo da revisão bibliográfica. Inicialmente, foi feita uma busca na área da educação, no sítio eletrônico do periódico selecionado, utilizando como descritor a palavra-chave “direito à educação” e filtrado para o período de 1 de janeiro de 1989 até 31 de dezembro de 2018. Após realizada a busca, foram inventariados quinze trabalhos, os quais incluíram o descritor “direito à educação” quer seja nas palavras-chave, nos títulos, resumo ou no desenvolvimento das obras.

Após o mapeamento dos trabalhos encontrados, foi realizada a etapa de leituras sucessivas (SALVADOR, 1986) dos materiais. Ocorreu, assim, a leitura exploratória, bem como a seletiva, tendo como objetivo “verificar se as informações e/ou dados selecionados interessavam, de fato, para o estudo “além de determinar o material que de fato interessa, relacionando-o diretamente aos objetivos da pesquisa” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

A leitura reflexiva ou crítica, segunda etapa de análise, foi realizada por intermédio de um roteiro orientador e fichamento dos artigos, roteiro esse elaborado no decorrer da pesquisa. Após finalizada a leitura crítica e os fichamentos, iniciou-se a fase da leitura interpretativa, a qual teve “por objetivo relacionar as ideias expressas na obra com o problema para o qual se busca resposta [...]. O critério norteador nesse momento é o propósito do pesquisador” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 41).

Por fim, após pesquisas realizadas acerca do planejamento educacional e cidades inteligentes, foi efetuada a identificação dos temas dentro dos artigos mapeados, com o intuito de enriquecer mais a pesquisa e deixá-la completa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o levantamento inicial dos artigos, pode-se inferir que há um número, relativamente pequeno de trabalhos publicados no referido periódico, ao longo dos trinta anos da pesquisa acerca do direito à educação no Brasil.

Conforme exposto, foram coletados, ao fim do processo de mapeamento no sítio eletrônico da RBEP, um total de 15 artigos relacionados à temática sendo que todas as obras inventariadas foram relacionadas para a leitura e análise interpretativa. No Quadro 1, foram relacionadas, em ordem cronológica de publicação, todas as publicações inventariadas.

Quadro 1. Artigos publicados na RBEP (1988 a 2018)

Ano	Autor	Título
1993	MAZZOTI, Tarso Bonilha	Data Venia: Os comentários sobre “Como falar em paradigmas da educação”, de A. A. Rubim
2000	ALMEIDA, Jane Soares de	As lutas femininas por educação, igualdade e cidadania
2000	GARCEZ, Lucília	A leitura na vida contemporânea
2004	AMONI, Maria Eliza Brefere	Programas de Legislação Educacional Integrada: dinâmica e tendência (ProLei Histórico, 1961-1996)
2006	HAGE, Salomão Mufarrej	Movimentos sociais do campo e a afirmação do direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense
2006	PORTES, Écio Antônio	Algumas dimensões culturais da trajetória de estudantes pobres no ensino superior público: o caso da UFMG
2011	LIMA, Leonardo Claver Amorim	Da universalização do ensino fundamental ao desafio de democratizar o ensino médio em 2016: o que evidenciam as estatísticas?
2011	ZIENTARSKI; PEREIRA, Sueli Menezes e Clarice	Políticas de ações afirmativas e pobreza no Brasil
2012	SILVA; PORTO, Aida Maria Monteiro e Zélia Granja	A alfabetização e o ensino fundamental: um balanço dos estudos no período de 1988 a 2011
2012	CÔCO, Valdete	O programa de Educação Tutorial: conexões de saberes no diálogo com as trajetórias de estudantes de origem popular
2012	SILVA; NEGRÃO, Sidney Reinaldo e Mário	Normatividade, políticas públicas educacionais e a questão racial no Brasil
2016	MÜLLER; MIANES, Janete Inês e Felipe Leão	Narrativas autobiográficas de surdos ou de pessoas com deficiência visual: análise de identidades e de representações
2016	MORAIS; ALBUQUERQUE; BRANDÃO, Artur Gomes de, Eliane Borges Correia de e Ana Carolina Perrusi Alves	Refletindo sobre a língua escrita e sobre sua notação no final da educação infantil
2017	ARAÚJO; CASSINI, Gilda Cardoso de e Simone Alves	Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público
2017	CRUZ; JACOMINI, Rosana Evangelista da e Márcia Aparecida	Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010

Fonte: A autora (2021)

Decompondo as primeiras informações que, observou-se que nenhum dos autores trabalharam em cima do mesmo assunto, todos eles publicaram sobre essas temáticas no período proposto apenas uma vez. Os anos que houve menos publicações, foram justamente os anos iniciais. O período selecionado da pesquisa é 1988, porém, só foi mapeado o primeiro trabalho em 1993. E depois, foram publicar algo acerca da temática após sete anos, no ano 2000. Os anos que mais houve publicações de anos seguidos foi a partir do ano de 2011 a 2017. Previamente, pode-se compreender que há um grande espaço de tempo entre as publicações, e os anos mais recentes foram os quais tiveram mais publicações.

Analisando os 15 artigos inventariados, observa-se que nove deles (GARCEZ, 2000; AMONI, 2004; HAGE, 2006; ZIENTARSKI, 2011; PORTO, 2012; CÔCO, 2012; MORAIS et. Al., 2016; ARAÚJO; CASSINI, 2017; e CRUZ; JACOMINI, 2017) dialogam com as três temáticas propostas para a pesquisa, “direito à educação”, “planejamento educacional” e “cidades inteligentes e sustentáveis”, ao passo que somente um trabalho, ao longo da análise realizada, não apresentou elementos que justificassem sua seleção no processo inicial do levantamento, qual seja, Mazzoti (1993).

Outros seis trabalhos inventariados (MAZZOTI, 1993; ALMEIDA, 2000; PORTES, 2006; LIMA, 2011; NEGRÃO, 2012; e MIANES, 2016), relacionam-se com, ao menos, uma das temáticas e, desse modo, apresentaram potencial contribuição à área pesquisada, mas não de maneira efetiva quanto os outros nove que englobaram discussões envolvendo as três temáticas.

Os artigos que dialogaram com as três temáticas apresentaram discussões sobre a importância da educação e como esse direito deve ser garantido a todos. Além disso, os autores enfatizaram a importância do planejamento educacional para a solução dos problemas detectados em relação à não garantia desse direito.

O planejamento educacional é uma das condições para o desenvolvimento de uma cidade inteligente e sustentável e, sendo assim, pode-se inferir que as obras que discutiram essa temática podem favorecer estudos visando à construção de uma cidade inteligente. Vale ressaltar que esses artigos foram os mais “atuais” dentre os anos em que foi realizada a busca.

Em suma, observa-se que os trabalhos que apresentaram elementos que contribuem, sobremaneira, para a pesquisa, foram publicados a partir do ano de 2000, obras estas que dialogam tanto com o planejamento educacional quanto com as cidades inteligentes.

Acredita-se que a ampliação do número de artigos relacionados às temáticas do planejamento educacional e das cidades inteligentes após o ano de 2000 deva-se, entre outros motivos, pela atualidade da temática a qual supõe a utilização da tecnologia de modo estratégico para melhorar a infraestrutura, otimização da mobilidade urbana, criação de soluções sustentáveis e outras melhorias necessárias para a qualidade de vida dos moradores.

Nesse processo de criação de cidades inteligentes e sustentáveis, o acesso à cultura e a um nível adequado de educação são parâmetros importantes para ampliar as oportunidades e elevar a qualidade de vida da população. Para isto, é necessário gerenciar o número de vagas em universidades e escolas, além do estímulo à coexistência de grupos de pessoas com diferentes rendas, culturas, idades, profissões e inclusões. Artigos como “Contribuições para a defesa da escola pública como garantia do direito à educação: aportes conceituais para a compreensão da educação como serviço, direito e bem público” (ARAÚJO; CASSINI, 2017) e “Produção acadêmica sobre financiamento da educação: 2000-2010” (CRUZ; JACOMINI, 2017) enfatizaram esse aspecto uma vez que inseriram em suas discussões o planejamento educacional como condição para atingir níveis onde o ensino, a cultura e a economia são essenciais para a evolução da sociedade.

CONCLUSÕES

Pode-se concluir que a produção e publicação de obras com a temática direito à educação, pós Constituição de 1988, foi escassa na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: somente 15 artigos publicados em 30 anos - este indicador revela o quanto a temática é pouco pesquisada, pouco estudada.

Que há pouco investimento em pesquisa no Brasil, é fato! Acredita-se que os pesquisadores da área da educação estão se sentindo estagnados quanto à garantia do direito à educação, não porque há falta de acesso, mas porque há falta de investimento financeiro tanto em pesquisa quanto para avançar em soluções efetivas para o assunto.

Por fim, espera-se que a pesquisa aqui relatada favoreça as discussões acerca da garantia do direito à educação no Brasil. Espera-se, ainda, que esse estudo sistemático acerca das produções sobre o direito à educação possa contribuir com os estudos da área, no financiamento e alerte sobre a necessidade de

pesquisas sobre essa temática, no sentido de (re) pensar as políticas públicas em relação à garantia desse direito a todos os brasileiros, indistintamente.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de auxílio financeiro para a realização da pesquisa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), campus de São João da Boa Vista.

REFERÊNCIAS

BENTO, A. Como fazer uma revisão da literatura: Considerações teóricas e práticas. **Revista JA (Associação Acadêmica da Universidade da Madeira)**, n. 65, p. 42-44, 2012.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 15 fev. 2019.

LIMA, T. C. S; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção de conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, n. esp., p. 37-45, 2007.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SALVADOR, A. D. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. Porto Alegre: Sulina, 1986.